



Este artigo está licenciado sob uma licença Creative Commons Atribuição 3.0 Unported.

Você tem direito de:

Compartilhar — copiar e redistribuir o material em qualquer suporte ou formato

Adaptar — remixar, transformar, e criar a partir do material para qualquer fim, mesmo que comercial.

De acordo com os termos seguintes:

Atribuição — Você deve dar o crédito apropriado, prover um link para a licença e indicar se mudanças foram feitas. Você deve fazê-lo em qualquer circunstância razoável, mas de maneira alguma que sugira ao licenciante a apoiar você ou o seu uso.

Sem restrições adicionais — Você não pode aplicar termos jurídicos ou medidas de caráter tecnológico que restrinjam legalmente outros de fazerem algo que a licença permita.



This article is licensed under a Creative Commons Attribution 3.0 Unported License.

You are free to:

Share — copy and redistribute the material in any medium or format

Adapt — remix, transform, and build upon the material for any purpose, even commercially.

Under the following terms:

Attribution — You must give appropriate credit, provide a link to the license, and indicate if changes were made. You may do so in any reasonable manner, but not in any way that suggests the licensor endorses you or your use.

No additional restrictions — You may not apply legal terms or technological measures that legally restrict others from doing anything the license permits.

MERIDIANO 47



INSTITUTO BRASILEIRO DE
RELAÇÕES INTERNACIONAIS

ISSN 1518-1219

Boletim de Análise de Conjuntura em Relações Internacionais

Nº 76
Novembro – 2006

S U M Á R I O

- 2 | *A Vitória Democrata e a Política Externa Americana*
Gunther Rudzit
- 4 | *A questão chilena: visões de uma transição política moderada e crescimento econômico um pouco acelerado*
José Ribeiro Machado Neto
- 8 | *A Revolução Democrata?*
Cristina Soreanu Pecequilo
- 15 | *O contexto geopolítico da América do Sul: visão estratégica da integração regional*
Paulo Roberto de Almeida
- 24 | *Iraque: como coordenar moralmente a intervenção militar?*
Virgílio Arraes

Iraque: como coordenar moralmente a intervenção militar?

*Virgílio Arraes**

“Education, if you make the most of it, you study hard, you do your homework and you make an effort to be smart, you can do well. And if you don’t, you get stuck in Iraq” John Kerry, em 30/10/2006

A observação, em tom burlesco e improvisado, feita pelo Senador John Kerry, candidato do Partido Democrático à Presidência em 2004, simboliza, de certo modo, a trapalhada em que se transformou a ocupação norte-americana do Iraque. Embasados no ilusionismo efêmero de uma ameaça de grande monta, os preparativos estadunidenses não conseguiram sequer cativar o apoio, nem mesmo moral, dos parceiros tradicionais, à exceção da Grã-Bretanha, com cuja tradicional aliança selam os Estados Unidos o centro do eixo norte-atlântico.

Com mais de uma centena de militares mortos em outubro, o quarto pior mês desde o início do conflito em março de 2003, os Estados Unidos conformam-se finalmente a reconhecer a impossibilidade de moldar o Iraque, de acordo com os desígnios elaborados ainda no início da primeira gestão Bush, a fim de que a sua transformação político-econômica reverberasse em todo o Oriente Médio. Com um efetivo em torno de 140 mil combatentes, as tropas sentem-se incapacitadas para estabilizar o dia-a-dia iraquiano, ao retomar técnicas medievais de defesa – fossos, por exemplo.

Os formuladores e decisores da política externa – muitos dos quais, como Dick Cheney, Jeb Bush, Paul Wolfowitz e Lewis Libby, sem a mínima experiência militar em um país diuturnamente em estado de prontidão – anelaram a estabilidade da região a ser obtida por meio da força, aplicada intensamente: choque seguido de reverência. Internamente, seria a preponderância do Departamento/ Ministério de Defesa sobre o de Estado – minado politicamente

aos poucos, Colin Powell, ex-Chefe do Estado Maior das Forças Armadas (1989-1993), seria substituído por Condoleeza Rice no segundo mandato de Bush a partir de janeiro de 2005.

Divulgado no transcorrer do último ano do primeiro mandato de Clinton, o conceito foi delineado na Universidade de Defesa Nacional como componente da estratégia da Pronta Dominância, ou seja, a veloz imposição ao adversário da vontade norte-americana por meio da intimidação ou coação – enfim, efeitos análogos aos de uma tempestade. A aceitação por parte da população decorreria da devastação física e sobremodo psicológica. Ela seria utilizada na Guerra do Afeganistão em outubro de 2001.

Diante da expectativa do impacto grandioso em um cenário de guerra em um país desmantelado, o governo Bush presumiu ser dispensável a necessidade de grandes contingentes no Iraque, em função da crença excessiva na superioridade da tecnologia bélica e na adesão crédula da população aos futuros libertadores, não subjugadores, como de fato são vistos. De início, cogitou-se mesmo o lançamento durante 48 horas de 800 mísseis a Bagdá, cidade com uma população em torno de 5 milhões.

Da diplomacia multilateral, os Estados Unidos extraíram das Nações Unidas o proscênio para a encenação de que o Iraque, combatido por duas guerras e sanções econômicas, se punha como severa ameaça ao mundo ou ao menos ao país. Deste modo, a inexorabilidade do enfrentamento superaria a indiferença eventual da comunidade internacional.

* Professor do Instituto de Relações Internacionais da Universidade de Brasília – iREL-UnB (arraes@unb.br).

Todavia, diferentemente de outros conflitos de vulto, o entusiasmo da população norte-americana em defender sua pátria ou a liberdade e democracia do Ocidente é modesto. As dificuldades de recrutamento são visíveis. Na I Guerra Mundial, o alistamento fora limitado, a fim de não privar futuramente a política e a economia do país de quadros – os cidadãos haviam encarado o recrutamento como uma atividade corrente, similar à de pagar impostos ou compor o júri. Na II Guerra, a comunidade internacional reconheceu o sacrifício dos combatentes tombados -cerca de 400 mil – a fim de eliminar o nazifascismo.

Durante a Guerra do Vietnã, o Pentágono computou entre 1966 e 1971 mais de meio milhão de ocorrências vinculadas, de algum modo, à deserção e avaliou que mais da metade do contingente posicionava-se abertamente contra o conflito. Em 1973, o alistamento obrigatório seria posto de lado. Após o fim da Guerra Fria, o cosmopolitismo neoliberal influenciaria a composição das forças armadas, mesmo as dos países centrais, onde estruturas sociais mais eqüitativas arraigavam-se melhor.

Se, diante da uniformização global político-econômica crescente, os nacionalismos, ainda que nos países mais desenvolvidos, declinam, o engajamento

militar, perante os efeitos advindos das reformas trabalhistas e da evolução científica em torno da redução de custos e de uma eficiência produtiva maior, torna-se mais uma opção rotineira de trabalho diante do desemprego ocasionado.

Sem o espectro do patriotismo, não há o herói de guerra, a sacrificar-se naturalmente por seu país ou por uma causa maior. Assim, tropas norte-americanas, ante as adversidades cada vez mais presentes, encontram-se sem norte político e moral, porque o Iraque não apresentou, ao longo dos três anos e meio, armas de destruição em massa e, deste modo, não era uma ameaça (regional ou mundial) real, a não ser para sua própria população, ultrajada por um governo ditatorial.

Antes da II Guerra do Golfo, Bush havia dito que Saddam Hussein mereceria ser punido por oprimir violentamente seu próprio povo ao longo de seus quase 25 anos de governo. Diante da fragmentação política da sociedade iraquiana, ocasionada pela presente guerra, estima-se o número de civis mortos próximo a 50 mil. Hussein está preso desde dezembro de 2003 e encontra-se sob julgamento por crimes contra a humanidade. Por analogia, aguarda-se que os Estados Unidos apontem o responsável pelo atual morticínio.



Meridiano 47

Boletim de Análise de Conjuntura em Relações Internacionais



INSTITUTO BRASILEIRO DE
RELAÇÕES INTERNACIONAIS

ISSN 1518-1219

Editor: Antônio Carlos Lessa

Editor-adjunto: Virgílio Arraes

Editor-assistente: Rogério de Souza Farias

Conselho Editorial:

Amado Luiz Cervo, Antônio Jorge Ramalho da Rocha, Argemiro Procópio Filho,

Estevão R. Martins, Francisco Doratioto, José Flávio S. Saraiva, João Paulo Peixoto, Tânia Pechir Manzur.

Projeto Gráfico: Samuel Tabosa de Castro – samuel.tabosa@gmail.com